

Revisitando minha trajetória de pesquisa junto ao Enfiló:

problematizações sobre (não tão) velhas (mas sempre caras) questões
Patrícia Del Nero Velasco

Como citar: VELASCO, P. D. N. Revisitando minha trajetória de pesquisa junto ao Enfiló: problematizações sobre (não tão) velhas (mas sempre caras) questões. *In:* RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. **Percepções sobre o ensino de filosofia:** registros de um tempo e seus movimentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p 21-52. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.p21-52>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Revisitando minha trajetória de pesquisa junto ao Enfilo: problematizações sobre (não tão) velhas (mas sempre caras) questões

Patrícia Del Nero VELASCO¹

Às leitoras e aos leitores, uma breve contextualização

O convívio durante todo o ano letivo de 2019 com o ENFILO – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia – compreende um dos períodos mais férteis da minha trajetória de pesquisa. Algumas das minhas produções recentes e mais significativas corroboram essa autoavaliação²; todavia, não a encerram. São apenas expressões do que há de mais caro na história desta relação: o respeitoso, incisivo e insistente desafio intelectual; as fecundas parcerias acadêmicas; os encontros que nos acolhem e nos interpelam. Uma história que completou recentemente uma década e foi coroada com a certificação do ENFILO no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, em 2020. Ano este em que foi finalizado meu estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em

¹ Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) / Universidade Federal do ABC (UFABC) / São Bernardo do Campo / São Paulo / Brasil / patricia.velasco@ufabc.edu.br.

² As referidas publicações (a saber, VELASCO 2019a; 2019b; 2019c; 2020a; 2020b) serão contextualizadas no decorrer do capítulo.

Educação da UNESP, campus Marília, sede do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia ora homenageado³.

Sob a supervisão do amigo Rodrigo Peloso Gelamo, a pesquisa intitulada “A constituição do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: mapeamento da área na década de 2008 a 2018” procurou responder a um duplo problema: qual o atual estado da arte do Ensino de Filosofia e o que pensam o(a)s professore(a)s-pesquisadore(a)s da área sobre Ensino de Filosofia e formação docente em Filosofia? Para tanto, foram coletados depoimentos de 41 colegas, a partir do convite feito: aos integrantes do GT da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar; a colegas do Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN/CEFET-RJ) e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO); além de pesquisadoras e pesquisadores que, embora não façam parte destes fóruns, têm produção e orientação na área.

A discussão sobre o estado da arte do Ensino de Filosofia no Brasil logo se mostrou tarefa hercúlea: como mapear todas as produções bibliográficas referentes à temática? Que critérios utilizar? Como acessar este acervo? Pensando no universo de cerca de 180 profissionais credenciados a um dos dois mestrados profissionais vigentes hoje no país, nos inúmeros colegas vinculados a programas acadêmicos de pós-graduação em Educação e/ou Filosofia que desenvolvem pesquisas e orientam sobre Ensino de Filosofia, além de todos os professores e professoras em exercício na Educação

³ O estágio em questão foi realizado com bolsa Pós-Doutorado Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Chamada CNPq Nº 22/2018 - Bolsas Especiais no País e Exterior, Processo 148901/2018-2), no período de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Básica que realizam pesquisas diárias para suas aulas, decidimos fazer recortes. A primeira restrição diz respeito aos(as) pesquisadore(a)s cujo acervo seria coletado; a segunda, acerca da natureza deste acervo.

Por conseguinte, optamos por coletar as produções de colegas formalmente vinculados ao GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, os quais correspondiam, em 2019, a 45 profissionais⁴. Ademais, limitamos os dados aos projetos (de pesquisa, ensino e extensão), às produções bibliográficas (artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos publicados em anais de eventos, prefácios/posfácios, entre outras) e às orientações (dissertações, teses, iniciações científicas, trabalhos de conclusão de curso e monografias de cursos de especialização). Com o propósito de estabelecer um comparativo entre os períodos anterior e posterior à obrigatoriedade da Filosofia como disciplina escolar⁵, não restringimos a pesquisa ao período subsequente à fundação do GT, a qual ocorreu em 2006. O levantamento levou em conta duas décadas de produção: 1997 a 2007 e 2008 a 2018. O material foi publicado pela Editora do NEFI - Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias, com o título *Filosofar e ensinar a filosofar: registros do GT da ANPOF 2006-2018* (VELASCO, 2020a).

Acerca das iniciativas da área, cabe ainda mencionar que um brevíssimo histórico foi reconstituído em artigo publicado na edição inaugural da *Revista Estudos de Filosofia e Ensino*, do Programa de

⁴ Desde então, colegas há tempos presentes e atuantes no GT foram credenciados no grupo, aumentando consideravelmente o número em questão. (Cf. a página institucional do GT: <https://www.anpof.org/gt/gt-filosofar-e-ensinar-a-filosofar>. Acesso em: 06 mai. 2021).

⁵ Cf. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008.

Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) do CEFET-RJ (cf. VELASCO, 2019b). Nesse texto, registramos algumas coleções, revistas e eventos dedicados à área, assim como fazemos referência a iniciativas no âmbito da ANPOF e ao PROF-FILO. Especificamente sobre este último, a fim de discutir a natureza do Mestrado Profissional em Filosofia a partir de alguns dados do programa, criamos o texto “O que é isto – o PROF-FILO?”, publicado no dossiê sobre Ensino de Filosofia da Revista *O que nos Faz Pensar*, da PUC-RJ (VELASCO, 2019c).

Contextualizado o modo de abordagem e as produções oriundas do problema de pesquisa “qual o atual estado da arte do Ensino de Filosofia?”, passo a discorrer sobre a segunda e correlata questão-cerne da investigação realizada no âmbito do ENFILO, a saber, “o que pensam o(a)s professore(a)s-pesquisadore(a)s da área sobre Ensino de Filosofia e formação docente em Filosofia?”. A despeito das saudáveis e enriquecedoras divergências de pontos de vista, interessava-nos encontrar uma eventual voz consoante entre aquelas e aqueles que escolheram em suas trajetórias acadêmicas se debruçar sobre o Ensino de Filosofia como um problema filosófico de pesquisa. Uma voz que não pretende apagar as incompatibilidades e/ou os distintos percursos filosóficos de cada participante, mas que concebe – nas diferenças – aportes para a delimitação (ainda que tênue) de um campo de conhecimento a partir de perspectivas comuns a quem constitui a área de Ensino de Filosofia no Brasil.

O mapeamento das posições do(a)s participantes foi realizado a partir de um questionário, no qual perguntamos a respeito da aproximação da área; do autorreconhecimento como

pesquisador(a) da área; das relações entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão; da necessidade (ou não) de reconhecimento do Ensino de Filosofia como uma subárea de conhecimento nas agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país; das eventuais dificuldades de reconhecimento do Ensino de Filosofia como temática ou área de conhecimento filosóficas pelo(a)s colegas de graduação/mestrado/doutorado, pela comunidade filosófica em geral e/ou pelas agências de fomento. Além destas questões, duas outras foram feitas e consideradas centrais para o nosso propósito: “o que considera fundamental para formar um(a) professor(a) de Filosofia?” e “o que caracteriza essa subárea (campo) do conhecimento? Quais suas especificidades e quais as proximidades e/ou distâncias com relação à Filosofia da Educação? E à própria Filosofia?”.

As questões supracitadas são cerne de duas outras produções oriundas do meu encontro com o ENFILO. As reflexões sobre as especificidades (e as interfaces) do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento compuseram a temática submetida aos pares no VII Congresso Internacional da SOFELP (São Paulo, USP, 03 a 05 de setembro de 2019), assim como tem sido problematizada em diversos encontros desde então⁶. Uma primeira versão textual das ideias organizadas em torno do tema compreende o artigo “O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da

⁶ Além das reuniões periódicas da comissão do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar criada para este fim, o tema foi pautado nos seguintes encontros: Aula inaugural do núcleo UERN do PROF-FILO (2020), 1ª Quinzena Virtual de Ensino e Pesquisa em Filosofia da Unicamp (2020), Seminários da Filosofia UFABC (2021) e Seminário de Licenciatura em Filosofia: Diálogos com a Educação Básica (UFOP, 2021).

área a partir de seus autores e autoras”, aceito pela Revista *Pro-Posições* (VELASCO, [no prelo]).

Os debates sobre formação docente, por sua vez, foram compartilhados com os próprios autores e autoras colaboradores da pesquisa (ou grande parte dele(a)s) durante o VI Encontro do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, ocorrido em outubro de 2019, na Universidade Federal do Maranhão. Na ocasião, juntamente com os colegas Elisete M. Tomazetti (UFSM) e José Benedito de Almeida Júnior (UFU), discutimos a temática a partir das perspectivas de licenciando(a)s e professore(a)s de Filosofia. A versão final da comunicação “O que pensamos nós, formadore(a)s de professore(a)s, sobre formação docente em Filosofia?” compõe o Dossiê “VI Encontro do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar”, publicado no número 34 da *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação* (cf. VELASCO, 2020b/2021).

Não obstante as produções acima referenciadas sejam uma contraparte relevante do frutífero convívio com aquelas e aqueles que fazem parte do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Ensino de Filosofia, não encerram – como já mencionado – outras dimensões da colaboração em voga: o acolhimento e a interpelação, o constante deslocamento de nossa zona de conforto, a abertura para outros olhares sobre as nossas (não tão) velhas (mas sempre caras) questões. Neste sentido, o presente relato não poderia se furtar, ao revisitar a trajetória das atividades realizadas junto ao ENFILO, de recolocar as teses defendidas – submetendo-as a possíveis novas interrogações.

Recolocando as teses, reconhecendo suas fragilidades

No que diz respeito ao acervo coletado dos membros do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, há que se mencionar, primeiramente, uma notória injustiça: dado que a atualização dos pesquisadores e pesquisadoras que cotidianamente têm constituído o GT nos últimos anos foi realizada apenas na reunião virtual ocorrida em dezembro de 2020, a pesquisa bibliográfica incidiu sobre os nomes oficialmente vinculados ao grupo até 2019. Alguns destes, presentes desde a fundação do GT; outros, participantes itinerantes; muitos, responsáveis pelo fomento das pesquisas sobre Ensino de Filosofia e, conseqüentemente, pela efetiva presença da área no cenário da pós-graduação em Filosofia. Com essa escolha metodológica, nomes que têm dado imprescindível contribuição para a consolidação da área não tiveram suas produções identificadas. Sinalizamos, aqui, a urgência deste reparo. Uma necessidade já diagnosticada pelo próprio GT, o qual iniciou, em 2021, o trabalho de mapeamento do escopo maior das publicações da área, visando a criação de um repositório sobre Ensino de Filosofia. Um trabalho que, dada a vastidão territorial brasileira e a efervescência da área, só logrará êxito se for realizado coletivamente.

Um segundo aspecto referente às publicações e orientações originárias do GT concerne à dificuldade de identificação do escopo próprio do Ensino de Filosofia. Uma análise comparativa dos números de publicações e orientações do grupo é proposta no texto “Sobre os números do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar: a consolidação de uma área de pesquisa”, parte que encerra a

supramencionada obra *Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018* (VELASCO, 2020a). Nestas mesmas páginas, afirma-se que – a despeito do inegável avolumamento de produções daquelas e daqueles que problematizam o filosofar e seu ensino no âmbito do GT da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – há ainda todo um trabalho a ser realizado que diz respeito à classificação do acervo segundo sua especificidade. Reproduzimos aqui a ressalva feita no livro:

Dado que a própria discussão sobre o estatuto epistemológico da área, seus limites e interfaces, ainda está sendo realizada por pesquisadores e pesquisadoras, há que se considerar a acentuada diferença de natureza de algumas produções: algumas provavelmente serão, de modo consensual, aceitas como pertencentes ao campo do Ensino de Filosofia; sobre outras, certamente haverá discordância. Pertencem ao escopo da Filosofia da Educação? Estão em uma área de interface? (Como, por exemplo, textos e pesquisas sobre formação filosófica ou sobre a presença da Filosofia na formação educacional). Na impossibilidade, para fins deste livro, de adentrarmos esta discussão, oferecendo outra classificação possível para o acervo, contentamo-nos em acatar o escopo mais amplo de produções do grupo – ação que permitirá, senão afirmarmos o estimado crescimento da área de Ensino de Filosofia no Brasil, ao menos demonstrarmos o indubitável aumento de produções daqueles e daquelas vinculados ao grupo de trabalho que, dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, dispõe-se a refletir sobre o filosofar e seu ensino (VELASCO, 2020a, p. 516).

Em outras palavras, chamamos a atenção do(a) leitor(a) para a delicada tarefa de identificar as produções específicas do campo de conhecimento “Ensino de Filosofia”. Complexa tarefa, visto que é indissociável da discussão – ainda em processo de maturação – sobre o estatuto epistemológico da área. Se os limites e as especificidades do Ensino de Filosofia como subárea filosófica de pesquisa ainda não são claros e (muito menos) distintos, como classificar produções localizadas em suas interfaces – seja com a Educação, seja com o Ensino, seja ainda, com a subárea de Filosofia da Educação? Por outro lado, justamente por ser um campo de interface, por que não compilarmos também este legado marcado pelos rendados⁷ próprios ao Ensino de Filosofia?

A discussão sobre o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia, como dissemos, ainda está sendo amadurecida. Todavia, podemos antecipar que há um traço distintivo da área corroborado por todos aqueles e aquelas que pesquisam a temática, a saber, o caráter filosófico deste ensino. Quem – em sua trajetória acadêmica – assumiu o Ensino de Filosofia como problema de investigação, entende que a questão metafilosófica “o que é filosofia?” perpassa, invariavelmente, o escopo das discussões da área. Como a Filosofia é polissêmica, o ofício docente em Filosofia obriga aquele(a) que se dispõe a ensinar a manter a pergunta “que filosofia?” em seu horizonte de reflexão: qual a relação que eu mantenho com a filosofia e como essa relação implica a minha atividade de ensiná-la? Este é o questionamento que qualquer professora ou professor, em

⁷ A expressão “rendados” como referência às interfaces do campo de conhecimento do Ensino de Filosofia foi cunhada por Flávio de Carvalho – a quem peço licença para tomar o termo por empréstimo. Obrigada, meu amigo.

qualquer nível de ensino, deveria procurar responder. Uma vez que a didática própria da Filosofia é permeada de problemas sobre a natureza do filosofar e do seu ensino, dizemos que ela é, forçosamente, filosófica⁸.

Além das questões metafísica que o atravessam, o campo do Ensino de Filosofia se constitui por dois outros traços distintivos, a saber, suas dimensões prática e política.

Diferentemente de outras subáreas da Filosofia, que ao menos tradicionalmente são trabalhadas de modo estritamente teórico, o vínculo entre teoria e prática no Ensino de Filosofia é indissociável. Este campo é estéril sem o chão da sala de aula, sem o chão da escola ou da universidade, enfim, sem as práticas mobilizadas por aquelas e aqueles envolvidos com esse ensino e essa aprendizagem. Em outros termos: os problemas investigados no Ensino de Filosofia usualmente nascem de experiências vivenciadas por seus atore(a)s e solicitam metodologias de pesquisa e referências teóricas escassas (quando não inexistentes) nos programas de Filosofia.

A atribuição de uma dimensão prática à área de Ensino de Filosofia pode, eventualmente, incorrer em uma interpretação que não gostaríamos de corroborar: a consideração de que este campo de

⁸ Sobre o tema, além da preciosa obra de Alejandro Cerletti, *O ensino de Filosofia como problema filosófico* (2009), indicamos a leitura de um material coletivo, intitulado *Ensino – de qual? – Filosofia: ensaios a contrapelo* (VELASCO, 2019a). Nascido das preocupações do corpo docente da UFABC com as questões metafísicas inerentes ao Ensino de Filosofia, o livro – cujos textos ensaiam perspectivas sobre o ensino da Filosofia a partir de pensadores clássicos – foi publicado durante o estágio de pós-doutorado na UNESP: Rodrigo Gelamo, líder do ENFILO, assinou o prefácio do volume e viabilizou sua edição junto à Cultura Acadêmica. Em nome dos autores e autoras do livro, reiteramos nosso muito obrigada(o).

conhecimento só pode ser acolhido por programas profissionais (ou profissionalizantes) de pós-graduação. Respeitamos o(a)s colegas que comungam desta posição, mas dele(a)s divergimos. Há inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado sobre Ensino de Filosofia que são de cunho acadêmico; pesquisas defendidas tanto em programas de pós-graduação em Educação como em programas de Filosofia. Os mestrados profissionais têm como objetivos, entre outros, a capacitação qualificada para o exercício de determinada prática profissional e o atendimento de demandas sociais locais ou regionais (BRASIL, 2009, p. 31). Não obstante tais objetivos estejam incluídos no horizonte de pesquisas em/sobre Ensino de Filosofia, há investigações na área que têm escopo distinto e diferente natureza. O campo de conhecimento que visamos delimitar se debruça, igualmente, sobre: os fundamentos filosóficos de determinada prática de ensino; a formação docente; as relações entre o ensino e a história da Filosofia; o valor formativo da Filosofia, entre outros. Temas e problemas nos quais a dimensão prática não compreende o produto visado (como um produto educacional característico dos mestrados profissionais⁹), mas o próprio objeto de investigação: o ensinar, o formar, o filosofar etc. Nesse sentido, o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento comporta tanto uma dimensão profissional quanto uma dimensão acadêmica, embora em uma ou em outra não se furte a refletir sobre determinadas práticas – ou sobre determinados processos historicamente instituídos.

Ademais, podemos considerar que a própria atividade de ensinar e aprender filosofia é parte constituinte da dimensão prática

⁹ Sobre produtos educacionais de filosofia, cf. PINTO; PEREIRA (2019).

da área: um filosofar que se faz enquanto ensino e enquanto aprendizagem – ao exercitar-se na Filosofia, o(a) docente reinventa o ato filosófico no mesmo espaço em que o(a)s estudantes experimentam o pensamento em seu registro filosófico.

Ainda sobre as práticas características e a dimensão prática inerente à área estudada junto ao ENFILO, há que se perguntar sobre as pesquisas de professoras e professores de Filosofia voltadas para a prática docente. Para nosso ofício de dar aula, tanto na Educação Básica quanto no ensino superior, pesquisamos materiais, literatura, metodologias. Estariam estas investigações no escopo da área? Dificilmente diríamos que não. Mas em que medida se diferenciam das pesquisas realizadas na pós-graduação?

A caracterização do campo de conhecimento “Ensino de Filosofia” a partir da prática e das questões metafisólicas inerentes à área tal como realizada até aqui é, certamente, insuficiente. Há que se fazer menção a outra dimensão intrínseca e singular do Ensino de Filosofia: o compromisso com a constituição do espaço público. Talvez como nenhuma outra subárea filosófica, o Ensino de Filosofia compreende um exercício político: a atividade docente filosófica instiga os não filósofos à experiência de pensarem questões fundamentais ao ser humano – o que é a vida? O que é o conhecimento? O que é o justo? O que é o belo? Etc. Convida-os, outrossim, à discussão filosófica de questões fundamentais ao tempo presente: questões contemporâneas como o feminismo, o racismo, o decolonialismo; questões que, em última instância, dizem respeito ao modo como ensinamos e ao propósito deste ensino.

Se, dentre outras tantas características, a Filosofia questiona os fundamentos – as razões de pensarmos de uma forma e não de outra –, o filosofar em sala de aula não escapa à discussão das questões supra referidas. E por que o faria?

As situações de ensino de Filosofia podem ser formas de intervenção filosófica – sobre textos, problemas, temáticas –, nas quais o que emerge é a relação que com ela mantêm aqueles que ensinam e aprendem. Em uma aula filosófica, procura-se dar lugar ao pensamento do outro. Nesse contexto, a Filosofia é construída dialogicamente e os velhos [e novos!] problemas são vivificados em seu registro filosófico e reconstruídos de modo significativo por cada um dos envolvidos (VELASCO, 2018, p. 73).

Pensando (mais) especificamente na Educação Básica, ainda que a professora ou o professor não tematizem as questões contemporâneas em seus cursos, as estudantes e os estudantes certamente as trarão para a sala de aula, pois são inquietações vivenciadas por elas e por eles em seu cotidiano. Situações de machismo ou de racismo que este(a)s adolescentes presenciam no ponto de ônibus, no pátio da escola, nas injúrias escritas nos banheiros das escolas¹⁰. Situações e inquietações para as quais a

¹⁰ Referencio, aqui, a pesquisa desenvolvida por Nathalia de Oliveira (PROF-FILO/UFABC) sob a orientação do prof. Alexander de Freitas e a coorientação da profa. Marília Mello Pisani. No trabalho intitulado “Corpos injuriados na escola: problematizações para o Ensino de Filosofia”, Oliveira busca compreender, desnaturalizar e desconstruir os discursos presentes na escola que versam sobre os corpos injuriados, tendo como ponto de partida, entre outros, as injúrias grafadas nas paredes dos banheiros da escola.

Filosofia em sala de aula deverá estar atenta – contribuindo para a respectiva crítica e ressignificação.

A dimensão política do Ensino de Filosofia pode ainda ser demarcada por um outro aspecto que, a princípio, lhe é peculiar: o espaço do ensino e da aprendizagem filosófica é (ou deveria ser) também o espaço da difusão da Filosofia. Assim como o Ensino de Ciências há muito se ocupa com a divulgação científica, tornando as ciências acessíveis ao público leigo, espera-se do Ensino de Filosofia algo similar: conceber, de um lado, a divulgação daquilo que se pensa e se produz em Filosofia para um público de não-filósofos; de outro, e concomitantemente, refletir sobre práticas filosóficas que poderiam ter algum impacto em setores variados da sociedade.

Apesar do papel de divulgação filosófica pela área de Ensino de Filosofia ser aparentemente uma tese que não encontraria muita resistência¹¹, ainda são ínfimas (se comparadas às produções bibliográficas) as iniciativas nesse sentido. Damos poucas entrevistas, raramente escrevemos para jornais e revistas não especializados, enfim, dedicamo-nos esporadicamente a transpor aquilo que estudamos da linguagem filosófica acadêmica para uma linguagem não formal ou técnica, passível de compreensão por leigos. Uma lacuna, há que se lembrar, que não é própria apenas da subárea em questão, mas de todo o campo da Filosofia.

Com o intuito de finalizarmos este subcapítulo, resta-nos apresentar as teses referentes à formação docente, parte integrante do problema de pesquisa investigado. Para tanto, recorreremos à

¹¹ Cabe mencionar, a título de autoria, que a referida tese foi mencionada na pesquisa ora compartilhada de modo mais detido por dois colegas, Felipe Gonçalves Pinto (CEFET-RJ) e Renê Jose Trentin Silveira (UNICAMP), aos quais agradecemos a interlocução.

passagem do artigo “O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia?”, a qual sintetiza as posições dos pesquisadores e pesquisadoras participantes sobre o tema:

há que se tomar o ensino de Filosofia como problema filosófico, indissociável, portanto, da pesquisa. Deve-se oferecer conhecimento profundo de Filosofia e de metodologias e práticas de ensino de Filosofia, atentando para o trabalho com a dimensão prática desde o início e durante toda a formação docente. Uma formação que se dedica a pensar sobre o próprio valor formativo e que não se encerra com a Licenciatura – entendida como ‘curso com nome e sobrenome próprios’ –, mas requer aprimoramento contínuo, abertura à alteridade e diálogo com as outras áreas de conhecimento, com a cultura, com o seu público alvo. Posturas necessárias para que o Ensino de Filosofia seja significativo e, por conseguinte, efetivamente formativo (VELASCO, 2020b/2021, p. 32).

A despeito das distintas bases epistemológicas e percursos formativos que fundamentam as posições de cada participante da pesquisa, as respostas dadas mostram que há expressivos pontos comuns nas reflexões dos pesquisadores e pesquisadoras sobre o assunto e, conseqüentemente, tornou-se possível alinhar uma perspectiva formativa enquanto área. Trata-se de uma concepção de formação docente que reverbera nos cursos de licenciatura aos quais cada um de nós está vinculado. Nos últimos anos, por força da lei, ocorreram mudanças significativas nos cursos de formação de professores e professoras de Filosofia. Muitas delas, demandadas há

algum tempo pelo(a)s pesquisadore(a)s da área: a problematização filosófica do ensino e da aprendizagem em Filosofia; o cuidado com a dimensão prática da formação durante todo o curso; a interlocução com outras áreas e saberes que integram a escola, em particular, e o processo educacional, em geral.

A fragilidade da tese sobre formação docente em Filosofia, entendemos, localiza-se menos naquilo que é defendido (que pode e é, obviamente, alvo de crítica de alguns colegas) e – mais provavelmente – no fato de não ser plenamente exequível no contexto institucional vigente. Não se trata, aqui, de um impedimento intransponível; diz respeito, antes, ao modo como os cursos de bacharelado e licenciatura foram historicamente concebidos e à falta de familiaridade (e às vezes de interesse) do(a)s próprios docentes destes cursos com as questões do Ensino de Filosofia¹². Dos cursos de Licenciatura em Filosofia vigentes no país, quais deles atendem à posição síntese da área acima citada? Quais têm acesso às discussões e às produções sobre formação docente do grupo-base da presente ora compartilhada, a saber, os membros do GT da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar?

Apresentadas as principais teses originárias da pesquisa no âmbito do ENFILO, bem como apontadas algumas de suas fragilidades, passemos a novas problematizações, movimento que é uma das marcas das pesquisadoras e dos pesquisadores do grupo: rever nossos pressupostos, buscar fundamentações mais fortes para aquilo que nos parece óbvio.

¹² Conferir os livros dos colegas de ENFILO Augusto Rodrigues (2020) e Rodrigo Gelamo (2009).

Outros aspectos das mesmas questões

O acervo recolhido durante a pesquisa realizada junto ao ENFILO ainda não foi objeto de estudo. Todavia, algumas conclusões já podem ser tiradas com base em uma visão geral do material. No lançamento virtual do livro do GT¹³, meu querido Marcos Von Zuben fez uma resenha da obra. Entre outros apontamentos, observou que enquanto o termo “ensino” é amplamente utilizado por nós, pesquisadoras e pesquisadores da área, as menções à aprendizagem são raras. Constatação idêntica já tinha sido realizada por Gelamo durante a supervisão da pesquisa de pós-doutorado¹⁴. Em nossas conversas, verificamos também que, assim como nas demais subáreas filosóficas, citamos e nos apoiamos muito em Foucault, Deleuze, Nietzsche, mas pouquíssimo em nossos próprios pares. Se já temos discussões que vêm sendo amadurecidas há pelo menos vinte anos, por que não dialogar igualmente com essa literatura, com as produções sobre Ensino de Filosofia realizadas desde Santa Maria, por Elisete Tomazetti, até o Rio Grande do Norte, por José Teixeira Neto, Maria Reilta Cirino e o próprio Zuben? Julgo que este passo é imprescindível para desenvolvermos uma cultura de Ensino de Filosofia – solidificando nossas discussões que envolvem, pra além dos problemas universais, nossas idiossincrasias, nossas regionalidades, nossa escola pública.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bAH-9Cp4BDQ>. Acesso em: 13 abr. 2021.

¹⁴ Dos poucos trabalhos sobre a temática da aprendizagem em Filosofia, lembramo-nos de dois de nossa autoria, apresentados durante o VI Simpósio Internacional em Educação e Filosofia. Cf. Gelamo; Rosa (2017) e Velasco (2017).

Outro aspecto que precisamos ainda cuidar com maior fôlego diz respeito à discussão e à criação de metodologias e didáticas próprias para o filosofar na Educação Básica. Insistimos nas reflexões teóricas e produzimos em menor escala materiais sobre “como” ensinar. Concomitantemente, sabemos que materiais desta natureza são produzidos aos montes por aquelas e aqueles que estão nas escolas; contudo, não são publicizados e/ou não têm o estatuto de pesquisa que as pesquisas acadêmicas têm.

Em parte, a aludida lacuna vem sendo suprida pelas dissertações desenvolvidas nos mestrados profissionais, as quais, em grande medida, oferecem não só um arcabouço conceitual e teórico sobre as temáticas investigadas, mas também proposições didático-metodológicas. Os trabalhos em voga, sem dúvida, constituem uma rica matéria prima para pesquisas futuras¹⁵. E tem a vantagem de já estarem disponíveis nas páginas institucionais do Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN/CEFET-RJ) e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO)¹⁶.

Os mestrados profissionais têm exercido um papel crucial na aproximação das pesquisas sobre Ensino de Filosofia realizadas na pós-graduação com as ações da área vigentes na Educação Básica. Compreendem uma oportunidade ímpar de avizinhamo de quem pesquisa Ensino de Filosofia no seu ofício cotidiano e de quem pesquisa Ensino de Filosofia na universidade. As investigações

¹⁵ Há que se mencionar a pesquisa já realizada por Ferreira, Silva e Carreiros (2020), na qual as autoras analisam dissertações do PROF-FILO, mostrando as abordagens metodológicas mais recorrentes nestas: pesquisa fenomenológica, pesquisa-ação e pesquisa intervenção.

¹⁶ Disponíveis, respectivamente, em: <http://dippg.cefet-rj.br/ppfen/index.php/pt/> e <http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

desenvolvidas no âmbito dos mestrados profissionais têm alcance nas escolas, pois são fruto de problemas de pesquisa delineados a partir da realidade e do dia a dia das escolas em que os professores e professoras mestrando(a)s atuam¹⁷. Por conseguinte, possuem um impacto social que seguramente os mestrados acadêmicos não atingem. Possuem, similarmente, uma imediata ressonância nos cursos de formação de professoras e professores: ao darem visibilidade às lacunas formativas e mostrarem que a realidade escolar é distinta daquela existente quando muitos dos cursos de licenciatura foram criados, os mestrados profissionais contribuem, outrossim, para que estes últimos sejam repensados.

A distância entre as pesquisas sobre Ensino de Filosofia realizadas nas universidades e a efetiva prática docente na Educação Básica, acima sinalizada, também é visível entre as investigações em questão e os cursos de formação de professoras e professores de Filosofia. Se anteriormente afirmamos que a concepção de formação dos membros do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar reverbera nas licenciaturas em que cada um de nós está vinculado, o que dizer dos demais cursos? Problematizam filosoficamente o ensino e a aprendizagem em Filosofia? Atentam à dimensão prática durante todo o curso? Cuidam das interlocuções com outras áreas e saberes constitutivos da escola?

De acordo com o colega de GT Christian Lindberg Lopes do Nascimento (2020), dos 44 cursos de Licenciatura em Filosofia de universidades federais, 18,18% não ofertam uma única disciplina filosófico-pedagógica e 34,1% ofertam apenas uma disciplina desta

¹⁷ Alguns resultados das dissertações da primeira turma do PROF-FILO foram publicados. Conferir, por exemplo, Soares; Pimenta (2020) e Teixeira Neto; Cirino (2020).

natureza. Constatamos Nascimento, igualmente, que as discussões da área aparecem com os seguintes nomes nos projetos pedagógicos dos cursos: Metodologia do Ensino de Filosofia (em 15 IES), Prática de Ensino (em 9), Didática Filosófica (em 8), Seminário de Ensino (em 5), Ensino de Filosofia, Filosofia do Ensino de Filosofia, Laboratório de Ensino e Ensino de Filosofia (em 4 cada). Se os nomes mostram que há muito ainda para discutirmos sobre o escopo do Ensino de Filosofia (em que medida Ensino de Filosofia se diferencia de Didática Filosófica? E de Filosofia do Ensino de Filosofia? Metodologia e Didática coincidem?), os números revelam que “pouco mais da metade dos cursos de licenciaturas em Filosofia” (NASCIMENTO, 2020, n. p.) ofertam uma ou nenhuma disciplina específica da área de Ensino de Filosofia. Uma porcentagem problemática não apenas por conta do não cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019), mas – e primordialmente – por escancarar o prejuízo formativo dos futuros professores e professoras, em sua maioria ainda formados segundo um modelo obsoleto e distante das reflexões e produções atuais da área.

A discussão supracitada sobre o escopo (e a natureza) do Ensino de Filosofia, já dissemos, está em andamento e alguns resultados foram apresentados no subcapítulo anterior. Por ora, interessa-nos abordar uma outra dimensão do mesmo problema, a saber, a da institucionalização do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento. Essa abertura para o tema envolve: pensar as razões pelas quais historicamente o Ensino de Filosofia não foi considerado subárea da Filosofia nas universidades e nas agências de

fomento; entender a constituição dos departamentos de Filosofia e dos programas de pós-graduação; assim como debater os espaços de luta política que envolvem essa questão. Alguma pesquisa neste sentido tem sido feita no âmbito do ENFILO e as já indicadas obras de Gelamo (2009) Rodrigues (2020) são exemplos da investigação em pauta.

Sobre o possível reconhecimento acadêmico do campo de conhecimento “Ensino de Filosofia”, devemos mencionar a ignorância de grande parte da comunidade filosófica sobre as produções da área. Assim como nós, do campo, não conseguimos dar conta daquilo que é produzido nas demais subáreas da Filosofia, o(a)s colegas – analogamente – não acessam o que é problematizado entre nós. Uma vez que (ao contrário das demais subáreas) o Ensino de Filosofia não é institucionalizado, como pleitear esse lugar institucional se a comunidade filosófica não conhece a literatura e as demais ações da área?

Outra dificuldade do processo de pleitear o reconhecimento acadêmico da área de Ensino de Filosofia compreende a dimensão prática a que fizemos menção anteriormente. Esta última deve ser motivo de resistência por parte do(a)s filósofo(a)s, uma vez que não é tradicionalmente associada às pesquisas em Filosofia. Por esta razão, estaria o Ensino de Filosofia necessariamente excluído dos programas de pós-graduação em Filosofia? Ou, contrariamente, precisaríamos rever a concepção talvez estreita de Filosofia sedimentada nestes últimos?

A dificuldade maior na busca por reconhecimento institucional, todavia, talvez seja o fato de que este pleito implica a

atribuição de um poder político e de um capital que poderá reconfigurar o jogo de forças hoje vigente na comunidade acadêmica filosófica. Tomando Pierre Bourdieu (1983) como referência teórico-conceitual, entendemos campo como um espaço autônomo em que estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem o conhecimento científico (sendo o termo “científico” tomado em seu significado mais amplo e, portanto, incluindo o “filosófico”). Nesse sentido, para Bourdieu (1983, p. 122), o campo compreende “o espaço de jogo de uma luta concorrencial”, que envolve não só a capacidade técnica e uma visibilidade social (e isso o percurso de pesquisa junto ao ENFILO permite afirmar que o Ensino de filosofia já goza), mas uma legitimidade outorgada pela comunidade, no caso, a comunidade filosófica. Uma legalidade que certamente nós não temos, porque não há uma única linha de pesquisa nos programas de pós-graduação em Filosofia que contemple o Ensino de Filosofia em seu escopo, assim como não há essa subárea nas agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Mesmo assim, ocupando um não-lugar institucional, os trabalhos sobre a temática do Ensino de Filosofia representaram 10% das apresentações no encontro da ANPOF de 2018 (VELASCO, 2019b). O que acontecerá se houver este reconhecimento da área?

Ainda sobre o mesmo tema: temos hoje cerca de 180 docentes credenciado(a)s em mestrados profissionais; se cada pesquisador e pesquisadora estiver orientando ao menos um trabalho, temos no mínimo 180 pesquisas em andamento. Mas este número é bem maior: contando a turma ingressante e a turma de veteranos, por ano, só na rede PROF-FILO temos cerca de 300

mestrando(a)s, ou seja, 300 pesquisas em andamento sobre Ensino de Filosofia sendo desenvolvidas anualmente na pós-graduação em Filosofia. Estaria a comunidade filosófica disposta a reconhecer a área de Ensino de Filosofia não só por seu estatuto epistemológico, mas pelo impacto desse reconhecimento nos espaços de disputa filosófica – como encontros, revistas e agências de fomento?

Em contrapartida, a mesma comunidade filosófica poderia questionar: qual a necessidade dos pesquisadores e pesquisadoras da área de Ensino de Filosofia de pleitear o reconhecimento institucional? A nosso ver, a resposta é um tanto óbvia: o acesso do(a)s profissionais da área a recursos e bolsas de pesquisa, assim como a uma situação mais justa nas situações de avaliações de nossos trabalhos pelos pares. Não podemos ficar reféns da simpatia do(a)s pareceristas; temos o direito de sermos avaliados por pesquisadoras e pesquisadores que efetivamente conhecem a área. Um projeto de História da Filosofia não é avaliado por um pesquisador de Lógica ou Epistemologia, certo? Por que deveríamos ser então avaliado(a)s pelas outras subáreas da Filosofia? São inúmeros os casos de colegas que tiveram seus projetos ou artigos recusados não por demérito acadêmico, mas por não serem considerados do escopo da Filosofia. Perguntamo-nos: de qual Filosofia?

Nesse viés, há um exercício de poder, de tomada de decisões e de capacidade de influenciar diferentes instâncias acadêmicas que diz respeito à cada comunidade profissional. Um exercício que pode sofrer alterações sempre que uma nova comunidade é reconhecida pela academia. Assim sendo, a institucionalização do Ensino de Filosofia como campo epistemológico autônomo implica não só a legitimidade de um grupo e seu dever de indicar e conduzir um

projeto político-pedagógico de formação de professore(a)s de Filosofia, como também – e este parece ser o ponto fulcral – a concessão de um poder político que eventualmente redimensionará o jogo de forças (que envolve disputa por espaços, recursos, financiamento) hoje estabelecido na comunidade acadêmica filosófica.

De todo modo, independentemente do almejado reconhecimento institucional do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento (e, conseqüentemente, como subárea de pesquisa nas agências de fomento), pensamos que o mapeamento e a sistematização daquilo que **já há** em termos de pesquisa em Ensino de Filosofia e o amadurecimento das discussões sobre suas especificidades podem contribuir notadamente com: a formação de recursos humanos (a partir da divulgação dos trabalhos de pesquisa realizados nos diferentes cursos de licenciatura e nos programas de pós-graduação); a promoção do ensino (com a publicização dos materiais didáticos e paradidáticos produzidos, bem como das pesquisas de mestrado e doutorado na interface entre Filosofia e Educação); a consolidação dos mestrados profissionais em Filosofia e a desejável criação de linhas de pesquisas nos Programas de Pós-graduação acadêmicos; a formação de redes e grupos de pesquisa de âmbito nacional (há muito(a)s pesquisadore(a)s de locais distintos do país que estudam temas próximos, mas desconhecem os trabalhos de seus pares); a constituição de uma identidade (ainda que plural) para os cursos de licenciatura em Filosofia, garantindo a execução das teses por nós defendidas e a integralidade presente na letra da lei; a consolidação de um espaço próprio para as reflexões filosóficas sobre “ser professor(a) de Filosofia”, evitando o usual entendimento

de que “ser professor de Filosofia é, simplesmente, ensinar a Filosofia, mesmo sem se ter a compreensão filosófica do que seja ‘ser professor’ e do que seja ‘ensinar a Filosofia’” (GELAMO, 2009, p. 30).

As pesquisas sobre Ensino de Filosofia, em última instância, podem também alertar para o papel que a presença da Filosofia nas escolas pode desempenhar junto aos nossos cursos de graduação e pós-graduação e junto à sociedade em geral. Recentemente, a Filosofia na Educação Básica assistiu a revisão dos direitos conquistados pela área nos documentos legais¹⁸; os impactos desse processo nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia ainda serão contabilizados, embora algumas graduações sinalizem desde já uma procura menor de ingresso para os seus cursos. Neste cenário, talvez caiba indagarmos se a institucionalização da subárea de Ensino de Filosofia, até então pensada por e para um grupo de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam à temática, não poderia compreender, na luta concorrencial pelo capital científico com outros campos (BOURDIEU, 1983), o fortalecimento do poder social da própria grande área da Filosofia. Que outra subárea da Filosofia contempla as questões do nosso tempo de forma tão sistemática e constante? Que outro campo cumpre este papel de divulgação filosófica junto a um público leigo que não pretende se especializar em Filosofia, mas para o qual a Filosofia certamente pode ter algum valor formativo? Será que, se a Filosofia estivesse presente de modo significativo e efetivo nas escolas, nas praças públicas, nas bibliotecas, nas comunidades de base, nas bancas de jornal, nos curtas-metragens, nas redes sociais, não seria mais difícil

¹⁸ Cf. Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017.

aos discursos que a menosprezam, encontrar ouvidos e ter alguma repercussão? Em tempos em que a Filosofia é continuamente aviltada, não seria o reconhecimento institucional do Ensino de Filosofia uma forma de resistência?

Por fim: o Ensino de Filosofia já compreende hoje, no Brasil, uma **prática social**, uma atividade realizada “por um conjunto de indivíduos que produzem conhecimentos, e não apenas ao conjunto de conhecimentos produzidos por esses indivíduos em suas atividades” (MIGUEL *et al.*, 2004, p. 82). Sabemos, contudo, que embora a maioria do(a)s filósofo(a)s seja, hoje, professor(a) (e suas atividades se efetuam em um quadro escolar ou universitário), “a atividade de pesquisa constitui o elemento definidor de sua identidade profissional [e, portanto, assim como] ensinar matemática não é uma atividade vista como suficiente para ser matemático; para isso seria preciso, ainda e sobretudo, produzir resultados matemáticos” (MIGUEL *et al.*, 2004, p. 84), cabe ao filósofo(a) produzir filosofia para ser reconhecido(a) pelos seus pares. Sabemos, outrossim, que a prática da docência é indissociável da prática da pesquisa. Se sustentamos, amparados em nossos pares, que não é “possível ser um bom professor sem pesquisar a própria prática – ou um bom pesquisador sem compartilhar a pesquisa com outros” (GALLO; KOHAN, 2000, p. 181), cabe a nós, que integramos a área de Ensino de Filosofia, continuarmos a pensar a natureza destas pesquisas e sua inserção nos cursos de formação e nos programas de pós-graduação, assim como estreitar a indesejável distância entre as pesquisas em pauta e aquelas realizadas por nosso(a)s colegas que atuam na Educação Básica.

Cabe à comunidade filosófica, por sua vez, atentar a um outro e substancial aspecto: o entendimento do Ensino de Filosofia como problema filosófico é uma peculiaridade das investigações desenvolvidas em nossa América Latina e, com ainda maior força de pesquisa em pós-graduação, em território brasileiro; não reconhecer as produções da área significa ignorar uma parte significativa daquilo que já é desenvolvido na pós-graduação brasileira¹⁹. E aquilo que é e pode ser, com ainda mais vigor, um dos diferenciais das pesquisas realizadas no Brasil. A não ser que os irônicos versos de Caetano Veloso (1984) compreendam verdadeiramente um prenúncio: “Se você tem uma ideia incrível / É melhor fazer uma canção / Está provado que só é possível / Filosofar em alemão”.

À guisa de conclusão, cantarolamos a estrofe da canção – “Flor do Lácio Sambódromo / Lusamérica latim em pó / O que quer / O que pode / Esta língua?” –, indagando: o que quer, o que pode, a Filosofia nos trópicos?²⁰

Referências:

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

¹⁹ Rodrigo Gelamo, coordenador do ENFILO, realizou uma pesquisa de identificação das dissertações e teses que versam sobre Ensino de Filosofia. O acervo, ainda não publicado, reúne trabalhos defendidos desde 1989.

²⁰ Inspiramo-nos, de forma deliberada e extremamente afetuosa, na interrogação de Filipe Ceppas (*apud* VELASCO, [no prelo]). Ao discutir questões caras ao Ensino de Filosofia, pergunta o colega de GT: “por que estamos estudando Descartes, Rousseau, Kant, nos trópicos?”. Filipe, meu caro, aquele abraço!

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm. Acesso: 12 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa n. 7**, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_mestrado_profissional11.pdf. Acesso: 08 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de abril de 2021.

CRUZ COSTA, João. A situação do ensino filosófico no Brasil. *In*: CRUZ COSTA, João. **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1959.

FERREIRA, Sônia Maria Lira; SILVA, Rosemary Marinho; CARREIRO, Gabriela da Nóbrega. A análise textual discursiva na

pesquisa qualitativa no Ensino de Filosofia: peneiradas intempestivas no PROF-FILO. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v. 8, n. 19, p. 800-834, dez. 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/369/241>. Acesso: 13 abr. 2021.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira; KOHAN, Walter Omar. Crítica de alguns lugares comuns ao se pensar a Filosofia no ensino médio. *In*: KOHAN, Walter Omar (Org.). **Filosofia no Ensino Médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade**: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GELAMO, Rodrigo Pelloso; ROSA, Sara Morais. A aprendizagem filosófica no ensino da filosofia: entre signos e afectos. *In*: PAGNI, Pedro Angelo; LOPES, Rodrigo Barbosa; SILVA, Divino José (Org.). **A experiência do pensar em educação**: identidade ou diferença. Marília: Poiesis Editora, 2017. p. 205-228.

MIGUEL, Antonio; GARNICA, Antonio Vicente; IGLIORI, Sonia Barbosa; D'AMBRÓSIO, Ubiratan. A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 70-93, set/dez. 2004.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes. A área Ensino de Filosofia nos cursos de licenciatura em Filosofia: um estudo preliminar. **Coluna ANPOF**, 2020. Disponível em: <https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-area-ensino-de-filosofia-nos-cursos-de-licenciatura-em-filosofia-um-estudo-preliminar-1>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Taís Silva. Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto. **O que nos faz pensar**, v. 28, n. 44, p. 108-132, jul. 2019. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnf/article/view/673>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RODRIGUES, Augusto. **Como nos tornamos os professores que somos**: uma problematização da herança estruturalista nas práticas de ensinar e aprender filosofia. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2020.

SOARES, Paulo Sérgio Gomes; PIMENTA, Alessandro Rodrigues (Org.). **Pesquisas em Ensino de Filosofia**: experiências no PROF-FILO. Palmas, TO: EDUFT, 2020.

TEIXEIRA NETO, José; CIRINO, Maria Reilta Dantas (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**: perspectivas filosóficas e ações educativo-filosóficas na educação escolar. Curitiba: Editora CRV, 2020.

VELASCO, Patrícia Del Nero (Org.). **Ensino de - qual? - Filosofia**: ensaios a contrapelo. Marília: Oficina Acadêmica; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019a. Disponível em: http://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/159. Acesso: 05 abr. 2021.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Aprender em Filosofia: uma aprendizagem de desaprender. *In*: PAGNI, Pedro Angelo; LOPES, Rodrigo Barbosa; SILVA, Divino José (Org.). **A experiência do pensar em educação**: identidade ou diferença. Marília: Poiesis Editora, 2017. p. 229-240.

_____. O filósofo-funcionário e o professor-filósofo: sobre os sentidos do filosofar hoje. *In*: DUTRA, Jorge da Cunha; GOTO, Roberto (Org.). **O Filosofar, hoje, na pesquisa e no ensino de Filosofia**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2018. v. 2. p. 63-74.

_____. Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte. **Revista Estudos de Filosofia e Ensino**, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019b. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/estudosdefilosofiaeensino/article/view/419/298>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. O que é isto – o PROF-FILO?. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 76-107, jan./jun. 2019c. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnfp/article/view/659/601>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. **Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018**. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020a. coleçãoS; 4.

_____. O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia?. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 34, p. 12-33, nov. 2020b/abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/35127/279> 18. Acesso em: 06 abr. 2021.

_____. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. **Pro-Posições**, Campinas, SP [no prelo].

VELOSO, Caetano. **Língua**. Álbum: Velô. Philips Records/PolyGram, 1984. 1 disco sonoro (35:51min), 33 1/3 rpm, estéreo, 12pol.

VIESENTEINER, Jorge L. Entre o engajamento e o rigor conceitual. *In*: DUTRA, Jorge da Cunha; GOTO, Roberto (Org.). **O filosofar, hoje, na pesquisa e no ensino de filosofia**. Blumenau: IFC, 2018. p. 23-33.